

0 OUT 1991

Panorama Político

Tereza Cruvinel



O GLOBO

O novo Congresso

Os novos congressistas, eleitos ou reeleitos, depois de empossados estarão, na opinião de alguns deles, diante de um dilema:

Não poderão dedicar-se à urgente tarefa de votar leis complementares, porque a Constituição poderá ser modificada na reforma de 1993. Seria perda de tempo, contrasenso.

Não poderão, por outro lado, tentar modificar a Constituição antes de saberem qual será o sistema de governo adotado. E isso depende do plebiscito de 1993.

Todos, entretanto, concordarão que é preciso trabalhar duro e responder às exigências do País. Ainda mais com o voto de desconfiança ao Congresso, expresso no alto número de sufrágios em branco e nulos.

— Este dilema nos conduz fatalmente à necessidade de antecipar o plebiscito e a reforma constitucional, deixando claro que não está em discussão o mandato do atual Presidente — diz o Deputado reeleito Antônio Brito (PMDB-RS). Só assim, com o sistema de governo decidido, ele acredita, o Congresso poderá voltar a funcionar a todo vapor, produzindo as muitas leis que a sociedade está cobrando.

O time dos que defendem a antecipação é grande, e inclui gente de todos os partidos. Miro Teixeira, do PDT, e Nél-

son Jobim, do PMDB, foram os primeiros a apresentar a proposta (sob a forma de decreto legislativo), encampada depois pelo Deputado Ulysses Guimarães, e defendida como emenda constitucional pelo tucano José Serra.

Mas Brito, que ontem discutiu o assunto com muitos dos reeleitos, acha que o êxito da proposta depende, fundamentalmente, do compromisso de preservar o mandato do Presidente Collor, não fazendo dele um alvo. Ou seja, antecipar o plebiscito, deixando estabelecido que seu resultado, qualquer que seja, só será implantado na gestão do sucessor.

— Foi um erro da Constituinte marcar o plebiscito para 1993. Mas nem por isso o novo Congresso deve ficar de mãos atadas, desgastando-se enquanto o tempo passa. Não repetiremos 88, quando o mandato de Sarney, questão transitória, influenciou o resto do texto, que era permanente — afirma Brito.

Outro erro também terá que ser evitado: a definição do corpo da Carta, antes da escolha do sistema. Na Constituinte, essa inversão resultou no hibridismo hoje tão criticado.

Faz sentido. Mas pelo que se conhece do Presidente Collor, ele não deve concordar com a mudança de qualquer vírgula na Constituição antes do tempo marcado.